

## **Acessibilidade na escola, a chave para preservar a saúde mental do aluno com deficiência**

Accessibility at school, the key to preserving the mental health of students with disabilities

Accesibilidad en la escuela, la clave para preservar la salud mental de los estudiantes con discapacidades

Edmar Reis Thiengo<sup>1\*</sup>, Wiviany Teixeira Borges Fontana<sup>1</sup>, Karina Francisco Pereira de Almeida<sup>1</sup>, Raquel Francisco Ramos<sup>1</sup>, Marinete Cordeiro Francisco<sup>1</sup>, Maria José Neto Fontana<sup>1</sup>, Daniel Menezes Filho<sup>1</sup>, Patricia Portela Coêlho<sup>1</sup>, Elias Júnior Nascimento Inácio<sup>1</sup>, Bruna Meneguelli da Hora Ferreira<sup>1</sup>.

---

### **RESUMO**

**Objetivo:** Descrever sobre estudantes com deficiência, as dificuldades encontradas devido à falta de acessibilidade e como a acessibilidade pode reduzir danos à saúde mental do mesmo. **Revisão Bibliográfica:** As escolas brasileiras vêm passando por adaptações que permitiram a inclusão do aluno com deficiência no ambiente escolar, entretanto ainda não foi possível contemplar todos os sujeitos em questão, devido a desigualdade financeira de estados e municípios. Torna-se necessário promover um debate e estimular a proposição de ideias que fortaleçam as políticas nacionais para a pessoa com deficiência e globalize o acesso a este público, no intuito não somente de aproximar a pessoa com deficiência do convívio social, mas garantir que as consequências de um distanciamento e da ausência de representatividade, não sejam potencializados e causem danos à saúde mental do discente. **Considerações finais:** Conclui-se, portanto, a necessidade de inserir o aluno com deficiência no ambiente escolar e promover maiores debates na intenção de atender a demanda ampla de pessoas com deficiência sem espaço na sociedade.

**Palavras-chave:** Saúde mental, Pessoa com deficiência, Acesso aos serviços de saúde.

---

### **ABSTRACT**

**Objective:** To describe students with disabilities, the difficulties encountered due to the lack of accessibility and how accessibility can reduce damage to their mental health. **Bibliographic Review:** Brazilian schools have been undergoing adaptations that allowed the inclusion of students with disabilities in the school environment, however it has not yet been possible to contemplate all the subjects in question, due to the financial inequality of states and municipalities. It is necessary to promote a debate and stimulate the proposition of ideas that strengthen national policies for people with disabilities and globalize access to this public, in order not only to bring people with disabilities closer to social life, but to ensure that the consequences distance and absence of representativeness, are not enhanced and cause damage to the student's mental health. **Final considerations:** It is concluded, therefore, the need to insert students with disabilities in the school environment and promote further debates in order to meet the wide demand of people with disabilities with no space in society.

**Keywords:** Mental health, People with disabilities, Access to health services.

---

<sup>1</sup> Faculdade Vale do Cricaré (FVC), São Mateus - ES.

\*E-mail: [thiengo.thiengo@gmail.com](mailto:thiengo.thiengo@gmail.com)

## RESUMEN

**Objetivo:** Este estudio contemplará la centralización de la investigación existente con respecto a los estudiantes con discapacidad, las dificultades que enfrentan por la falta de accesibilidad y cómo la accesibilidad podría reducir su salud mental. **Revisión Bibliográfica:** Las escuelas brasileñas han sufrido recientemente adaptaciones que permitirán la inclusión de estudiantes con discapacidad en el entorno escolar, sin embargo, aún no ha sido posible contemplar a todos los estudiantes con dificultades debido a la desigualdad financiera de los estados y municipios. Es necesario promover un debate y estimular la propuesta de ideas que fortalezcan las políticas nacionales de personas con discapacidad y el acceso global a este público, en el terreno para acercar a las personas con discapacidad a la vida social, para asegurar que lo logren. La distancia y la falta de representatividad, no provocan daños en la salud mental del alumnio. **Consideraciones finales:** Este estudio buscó artículos y estudios, propuestas y debates sobre el fortalecimiento de la accesibilidad en la escuela y cómo se pueden reproducir experiencias positivas en las escuelas brasileñas.

**Palabras clave:** Salud mental, Personas con discapacidad, Acceso a los servicios de salud.

---

## INTRODUÇÃO

Desde a adoção da Declaração de Salamanca em 1994, educadores e instituições educacionais responsáveis por pessoas com necessidades educacionais especiais foram instruídas a permitir que os empregadores e organizações que trabalham neste grupo realizem inúmeras questões sobre teoria, práticas inclusivas e a discussão de toda a sociedade. A partir de 1999, com a aprovação do Decreto nº 1679, o tema acessibilidade também passou a fazer parte dessas discussões, pois o direito de ir e vir tornar-se um fator importante no auxílio à inclusão social. O 8º Dia de Educação Especial, realizado pelo Departamento de Educação Especial das Nações Unidas de 8 a 11 de maio de 2006, iniciado pelo Departamento de Educação Especial das Nações Unidas no Campus Marília foi sem dúvida um evento importante para essas discussões, pois nesse campo a pesquisa as pessoas tiveram a oportunidade de discutir diferentes questões relacionadas ao eixo de inclusão e acessibilidade, além de divulgar seus resultados científicos e sua experiência no campo (TANAKA EDO, 2006).

Nas últimas três décadas, o ambiente educacional do Brasil passou por uma reformulação política destinada a alcançar condições de desenvolvimento e aprendizado para todos. Nesse caso, a política de integração escolar para alunos com deficiência com base em currículo, portarias, decretos e legislação foi investida para tornar a participação desses alunos mais eficazes promovendo participação, desenvolvimento e aprendizado no espaço escolar. Dada a situação política e econômica brasileira baseada em organizações racionais neoliberais nas últimas três décadas, o governo brasileiro investiu para garantir que os alunos com deficiência tenham acesso, participação, desenvolvimento e condições de aprendizagem em uma rede inclusiva (KRAEMER GM e THOMA AS, 2018).

Devido aos desafios de acesso, permanência e participação de todos, sem nenhuma exclusão, a discussão sobre acessibilidade nas escolas se torna cada vez mais importante. A Constituição de 1988 baseia-se na defesa da efetividade da inclusão, defendida pelos princípios da dignidade humana, cidadania, não discriminação e solidariedade. No que diz respeito à lei, a educação inclusiva tornou-se realidade, mas ainda existem alguns obstáculos à sua eficácia nas práticas e projetos institucionais. Várias formas de exclusão foram instaladas nos projetos de construção, o que dificulta o trânsito de pessoas com deficiência ou a compaixão e a negação das diferenças (CARVALHO MAAS, et al., 2016).

A discussão em torno do tema do ambiente sem barreiras é significativa porque as pessoas com deficiência enfrentam um problema devido a suas próprias limitações: essas barreiras são barreiras arquitetônicas e muitas ruas e edifícios não foram reconstruídos, o que impõe barreiras à vida dessas pessoas. São elas: falta de rampas adequadas, pisos irregulares, falta de vagas especiais de estacionamento, falta de sinais sonoros e táteis etc. Considerando a estrutura da grande maioria das ruas e prédios do Brasil, eles podem ser classificados como prédios isolados, limitando o uso do espaço pelos usuários. Projetar com pessoas com

deficiência ou com mobilidade reduzida não é apenas uma necessidade, mas também um ato de praticar a cidadania (NOGUEIRA A, et al., 2015).

Os problemas gerados pela falta de inclusão não estão somente mapeados como falta de acesso, mas também os problemas causados pelo isolamento promovido pela falta de acesso. As doenças que assolam a saúde mental da pessoa com deficiência acabam explodindo em situações de abandono ou de extrema dificuldade. O bullying também é uma situação vexatória a qual pessoas com deficiência são submetidas no cotidiano escolar, o aluno com deficiência que não consegue ir ao banheiro sozinho, ou não consegue realizar uma atividade do cotidiano escolar é deixado em estado de vulnerabilidade. Doenças como depressão e síndromes relacionadas ao pânico, são reações cruéis da ausência de espaço e representatividade da pessoa com deficiência (QUINDERÉ PHD, et al., 2013).

Após as considerações, descreve-se como objetivo deste artigo apontar as dificuldades encontradas por estudantes com deficiência nas escolas brasileiras e os prejuízos, consequência da baixa acessibilidade, para sua saúde mental.

## REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A inclusão é um exemplo adequado para os mais diversos espaços físicos e simbólicos. Em um ambiente inclusivo, os traços de grupo das pessoas são reconhecidos e valorizados. Portanto, eles participam efetivamente. De acordo com o paradigma acima, identidade, diferença e diversidade representam vantagens sociais favoráveis ao surgimento e estabelecimento de solidariedade e colaboração. Em um ambiente social inclusivo, esses grupos não são passivos, respondem a mudanças e agem. Portanto, na relação dialética com objetos sociais e culturais, eles a transformam e são transformados por ela. Desconstruindo a ideia de pessoas comuns, o conceito de design universal emergiu da perspectiva da inclusão, a fim de permitir a construção de projetos e arquiteturas acessíveis sem modificações específicas (CAMARGO EP, 2017).

A saúde mental foi estabelecida em todo o mundo, tornando-se um campo de conhecimento e prática relacionado aos preceitos institucionais, e superou o modelo de enfermagem centrado nos hospitais psiquiátricos. Sua consolidação é alcançada através da reformulação de políticas públicas de saúde, com base em conceitos importantes, políticas clínicas, legais e éticas, reajustando a estrutura da rede de atendimento necessária para as metas de tratamento e novos conceitos (SURJUS LTLS e CAMPOS RTO, 2014).

O chamado movimento de educação inclusiva começou em todo o mundo no final dos anos 1970, foi fortalecido nos anos 80 e desenvolvido no início dos anos 90. A Declaração Mundial sobre Educação para Todos foi realizada em Jomtien e ampliada em 1990. Foi confirmada em junho de 1994 pela Declaração de Salamanca e pelo Programa de Ação no Campo da Educação Especial. Em alguns países, a campanha de educação inclusiva busca se concentrar na prestação de serviços aos alunos com deficiência no sistema geral de educação. Por outro lado, a educação inclusiva é entendida internacionalmente como uma reforma que pode responder à diversidade de todos os alunos (SANCHES ACG, et al., 2011).

Devido a barreiras arquitetônicas, as condições de acesso sem barreiras da escola podem ser afetadas, porque muitos prédios foram construídos há muito tempo e a arquitetura de prédios públicos da época não considerou o paradigma inclusivo e os conceitos de design universal. Além disso, a situação dos alunos com deficiência nas escolas comuns não era considerada na época. Como resultado, as condições de acessibilidade física dessas escolas podem prejudicar a acessibilidade desses alunos, portanto, ações importantes contra a adequação e adaptabilidade desses espaços são importantes. No Brasil, algumas leis preveem instalações físicas sem barreiras adequadas nas escolas; no entanto, as leis por si só não podem garantir que os profissionais da educação sejam capazes de planejar ou construir ambientes acessíveis (CORRÊA PM e MANZINI EJ, 2012).

As dificuldades são imensas, mas nenhuma que não esteja ao alcance ou que mereça menos importância. O histórico de tratamento de questões relacionadas ao aluno com deficiência é recente, já que em um passado muito recente as pessoas com deficiência, além de não receberem tratamentos adequados, não frequentavam o ambiente escolar e por fim acabavam sendo isoladas da sociedade. A ausência do tratamento adequado

colaborou e muito para o agravamento dos casos. Em algumas situações é perceptível até uma melhora ou um progresso de acordo com os tratamentos, entretanto ainda não se trata de ciência exata, e por isso requer mais inclinação para que os resultados sejam mais satisfatórios (BARROS AB, et al., 2015).

O desempenho da deficiência pode ser dividido em três categorias: deficiências físicas, sensoriais e intelectuais. Cada um deles é definido por uma série de fatores inter-relacionados, incluindo a estrutura da própria deficiência, organismo humano e físico subjetivo, bem como suas experiências e condições socioambientais. A disseminação da ética inclusiva da escola penetrou em toda a sociedade, e grande cooperação foi realizada para melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência e o acesso à cidadania. Hoje, muitos deles têm maior autonomia em diferentes ambientes sociais e de trabalho e conquistaram respeito e status justo (DIAS SS e OLIVEIRA MCSL, 2013).

Comparadas as deficiências motoras, distúrbios sensoriais e de comunicação, as deficiências intelectuais estão em uma situação especial, devido à invisibilidade inerente aos pacientes não sindrômicos e porque os representantes sociais dominantes estão atribuindo habilidades cognitivas às deficiências intelectuais. Ao mesmo tempo, o tratamento com aspecto de pena ou inutilidade, acaba sendo empregado de maneira errônea, o que ajuda a excluí-los de gozar dos direitos de autonomia e cidadania na idade adulta. Em casos de crianças com deficiência física, a problematização ao redor da saúde mental se amplia, já que não se trata de impossibilidade intelectual e por isso há uma compreensão do desprezo e das formas como são tratados (DIAS SS e OLIVEIRA MCSL, 2013).

#### **A pouca acessibilidade das estruturas escolares**

Acessibilidade é a ideia de um mundo sem barreiras, ou seja, o direito de ir e vir, ser respeitado e posto em prática, porque, se todos respeitarem as diferenças existentes entre as pessoas, o mundo será mais justo. Primeiro, a acessibilidade é uma forma de inclusão social que oferece a todos a oportunidade de exercer suas escolhas, portanto, este é um método centrado nas "pessoas" e em suas condições e capacidades físicas, sociais e econômicas. Também, o conceito de mobilidade está relacionado as necessidades de mobilidade, os atributos relacionados a pessoas e bens e as condições de deslocamento, que também estão relacionados às características, serviços, equipamentos e oportunidades de cada região (ALMEIDA IMS, 2012).

O Manual do programa Escola Acessível, trouxe como objetivo promover a acessibilidade e a inclusão de alunos com deficiência matriculados em aulas comuns no ensino geral no intuito de reduzir as barreiras globais ao desenvolvimento dos estudantes com deficiência, além de permitir a alta qualificação, garantindo que eles tenham acesso ao direito de compartilhar um espaço de aprendizado comum através do ambiente e recursos físicos disponíveis. Note-se que o foco do programa escola acessível é promover a acessibilidade arquitetônica dos edifícios escolares. No entanto, além dos recursos existentes na sala de recursos multifuncionais, também oferece a possibilidade de obter recursos de tecnologia assistiva (BRASIL, 2012).

De acordo com o disposto no Decreto nº 6571/2008, o Governo Federal apoia a construção de ações de acessibilidade e ações destinadas a fornecer tecnologia assistiva. Para isso, a Resolução 27/2011 do FNDE prevê a alocação de recursos financiadores no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para implementar o programa escolar acessível (BRASIL, 2012).

De acordo com o censo do IBGE (2000), aproximadamente 45,6 milhões de pessoas no Brasil sofrem de algum tipo de deficiência, representando quase 24% da população brasileira. Desse total, 4,3% são crianças menores de 14 anos. A taxa de escolaridade das crianças com deficiência de 7 a 14 anos é de 88,6%, enquanto De acordo com o censo de 2000 do IBGE, a taxa da educação das crianças nessa idade era de 94,5%. O que demonstra uma diferença de 5,9% entre crianças com deficiência e crianças sem deficiência. Esses dados apontam que a desigualdade ainda existe e por isso precisa ser tratada, e um dos fatores que sustentam essa desigualdade é a ausência de condições físicas para o acesso do aluno.

Em termos de educação, somente em 1996 o Brasil começou a fazer progressos significativos e foi aprovado pelas Diretrizes e Leis Básicas da Educação Nacional (Lei nº 9.394), na qual os requisitos obrigatórios serão incluídos na rede regular de educação para acessibilidade. E para estudantes com mobilidade limitada, é necessário ajustar o espaço do prédio da escola para esses alunos. Atualmente, essas

adaptações arquitetônicas são exigidas pela Lei nº 10.098/2000 e pelo Decreto Federal nº 5.296/2004. O município optou por aplicar o conceito de acessibilidade e mobilidade ao mundo em escala global, ainda não atingindo os parâmetros estabelecidos pela NBR9050 / 2004, como a construção de pelo menos uma passagem sem barreiras e equipamentos e móveis modificados no ambiente, que não atendem às necessidades básicas das pessoas com dificuldades de mobilidade (EVANGELO LS, 2014).

*“A lei dispõe que: Art. 2º Para os fins desta Lei são estabelecidas as seguintes definições: I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; II - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros” (BRASIL, 2000)*

Também dispõe no artigo 28 da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, lei 13.146/2015, as responsabilidades atribuídas ao poder público acerca da acessibilidade da pessoa com deficiência, em especial, os estudantes com deficiência, no ambiente escolar. Acontece que nem todos os gestores escolares conhecem a lei e poucos sabem que existem recursos a serem destinados para as adaptações necessárias e ambientações, dispostas em lei, que possam tornar menos desgastante a vida do estudante com deficiência. Outros gestores, por sua vez, conhecem a legislação, solicitam o recebimento do recurso e fazem mau uso do mesmo, o que se torna um grande problema na resolução desse problema (SANTOS W, 2016).

*“Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida; II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;[...].” (BRASIL, 2015).*

Nesse caso, e considerando a promoção dos direitos das pessoas com deficiência, especialmente em termos de acessibilidade, considera-se apropriado discutir a construção da adaptabilidade no contexto da sociedade e das escolas, devido à adaptabilidade ao espaço físico das escolas para receber pessoas com deficiência. A proposta é considerada como um meio de alcançar a inclusão social e a cidadania. A hipótese proposta é que, embora a Constituição Federal e o Regulamento das Pessoas com Deficiência garantam a acessibilidade das pessoas com deficiência física e/ou pessoas com mobilidade reduzida, não há ainda um esforço para garantir e alcançar a igualdade na integração social dessas pessoas. Em termos de, existem obstáculos que impedem a inclusão efetiva, e esses obstáculos podem ser superados através do ajuste do espaço dos prédios públicos (DE CARVALHO EM, 2017).

As acomodações e adaptações escolares devem ser realizadas com a ajuda de ferramentas específicas, úteis e práticas, com o objetivo de avaliar as condições de acessibilidade desses espaços. A avaliação permite que profissionais ou educadores planejem o ambiente escolar e tornem a escola mais inclusiva no projeto arquitetônico, ou seja, para determinar quais as principais barreiras arquitetônicas impedirão os alunos de realizar atividades educacionais e adaptá-las ou adaptar-se ao espaço escolar. Mesmo que o profissional não

possa se adaptar às necessidades determinadas pela escola por algum motivo (por exemplo, orçamento), ele ainda poderá se adaptar ao uso do espaço escolar, por exemplo, realocar o local do evento ou impedir que os alunos se desloquem em determinados locais perigosos, o que é inacessíveis ao aluno com deficiência (CORRÊA PM e MANZINI EJ, 2012).

### **A baixa representatividade e a ideia de inutilidade prejudicando a saúde mental do aluno deficiente**

Uma história espanhola nos diz que os moradores locais descobriram que estavam tendo caudas longas. A pessoa que liderou a transformação sentiu medo e tentou escondê-lo de várias maneiras. Eles mudaram seus hábitos de vestir e começaram a usar roupas largas para esconder e esconder a estranheza. No entanto, um dia, eles descobriram que todo mundo tinha caudas, então a história mudou radicalmente. A moda está começando a ser dominada. A cauda não é mais considerada um apêndice desagradável, mas uma parte importante do corpo e aguça a criação de roupas para acomodá-la, destacá-la e soltá-la. Eles fizeram o possível para exibi-la e decorá-la com todas as decorações imagináveis. No entanto, 10% dos moradores que não cresceram cauda agora são considerados estranhos. Eles procuram maneiras de disfarçar defeitos, comprar caudas falsas ou abandonar completamente a sociedade "cauda" (MUSIS CR e CARVALHO SP, 2010).

Definindo e redefinindo constantemente o que é normal ou fora dos limites, essa história alegoricamente pode não apenas explicar como as diferenças são vistas na sociedade, mas também o importante papel desempenhado pela cultura. Historicamente, esse julgamento foi passado de geração em geração, guiando dinamicamente nossa prática social na forma de conhecimento ou representação, e pode mudar a qualquer momento. Essa vitalidade e essas mudanças têm influenciado a maneira de "olhar para os deficientes" na história da humanidade (MUSIS CR e CARVALHO SP, 2010).

Palavras culturais, como canções, filmes e novelas, são ferramentas importantes para valores e perspectivas efetivas na sociedade que produz e consome esses produtos. Portanto, os textos culturais são defendidos e utilizados em pesquisas acadêmicas sobre consumo e cultura. No entanto, quando se trata de textos culturais relacionados a experiências de consumo envolvendo pessoas com deficiência, vale ressaltar que a pesquisa é inadequada, principalmente considerando a reprodução de personagens deficientes em dramas. É ainda mais necessário analisar a deficiência no texto cultural. Na perspectiva de uma sociedade hegemônica que julga inutilidade as pessoas com deficiência, com base nos estereótipos correspondentes, as pessoas com deficiência não são refletidas em textos culturais, que caracterizam a estrutura dos mecanismos de opressão (FARIA MD e CASOTTI LM, 2014).

Sentir-se inútil, para uma pessoa que não possui nenhuma deficiência, já é um fardo terrível e causador de inúmeros adoecimentos mentais. Sentir-se inútil sendo uma pessoa com deficiência, sendo que em boa parte dos casos pouco pode fazer para fugir do julgamento voraz da sociedade, é um fardo ainda maior. O espectro de coitado ou a classificação de "não pode fazer nada" tem sido assunto de debates aflorados quando o assunto é a pessoa com deficiência. A exclusão social causada por estes métodos faz constantes vítimas diariamente. O ser humano, desde que passou a ser intitulado assim, demonstra a sua necessidade de sociabilidade e de se sentir representado ou integrado ao meio social, o que faria ser diferente a pessoa com deficiência? (BRIANT MEP e OLIVER FC, 2012).

Profissionais da pedagogia estudam a necessidade de treinar professores para a educação inclusiva e a falta de preparação para assumir a responsabilidade pelo aprendizado e participação de alunos com necessidades educacionais especiais. Parece que as dificuldades dos professores e a falta de preparação para promover o aprendizado de alunos com necessidades educacionais especiais ainda são grandes, por isso é necessário enfatizar o aprimoramento da educação continuada para atender à diversidade de experiências e necessidades dos alunos na sala de aula. Na prática, ainda se entende que os professores não estão bem preparados para essa situação e não têm a rede de apoio para desenvolver seu trabalho com alta qualidade (BRIANT MEP e OLIVER FC, 2012).

O pensamento e a pesquisa ainda não avançaram o suficiente para descobrir formas exatas de colocar a pessoa com deficiência em constante movimento de modo que possa construir em comunidade o progresso, contudo, é primordial que os esforços estejam sempre sendo empregados com esta finalidade, já que

nenhuma descoberta partiu do nada ou foi disponibilizada a quem não tivesse interesse em empregá-la na sociedade. Ampliar o acesso do aluno com deficiência aos centros científicos e permitir com que eles frequentem as principais instituições de ensino do País, fará com que seus objetos de estudo possam colaborar com o aprimoramento da pesquisa e o desenvolvimento de temas específicos. Tudo isso, não somente formará profissionais debruçados a propor pautas inclusivas, mas encorajará o público alvo a tomar os mesmos rumos (VIEIRA AB, et al., 2018).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intuito de concluir o lastro revisional aqui proposto, compreende-se a necessidade de políticas de saúde vinculadas a saúde mental e ainda mais programas que promovam a necessidade da inclusão e não da exclusão do aluno com deficiência. A escola forma cidadãos preparados para lidar com os problemas sociais, inserir a pessoa com deficiência no meio científico e permitir com que ela possa chamar atenção para sua causa, é uma política inclusiva, representativa e motivacional, evitando danos a sua saúde mental.

## REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA IMS. Acessibilidade física nas escolas públicas. Um problema de gestão? Dissertação (Mestrado em Gestão Pública Municipal). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2012; 62 p.
2. BARROS AB, et al. Dificuldades no processo de inclusão escolar: percepções de professores e de alunos com deficiência visual em escolas públicas. *Boletim - Academia Paulista de Psicologia*, 2015; 35(88): 145-163.
3. BRASIL. 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L10098.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.html). Acesso em: 04 de jul. 2020.
4. BRASIL. 2012. MANUAL do programa escola acessível: Ministério da Educação. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9933-manual-programa-escola-acessivel&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9933-manual-programa-escola-acessivel&Itemid=30192). Acesso em: 14 de jul. de 2020.
5. BRASIL. 2015. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 14 de jul. 2020.
6. BRIANT MEP, OLIVER FC. Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 2012; 18(1): 141-154.
7. CAMARGO EP. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. *Ciência & Educação (Bauru)*, 2017; 23(1): 1-6.
8. CARVALHO MAAS, et al. A acessibilidade na escola como direito à educação: o que falam os estudos empíricos nacionais?. *Divulgação científica e tecnológica do IFPB*, 2016; 29(1): 61-68.
9. CORRÊA PM, MÂNZINI EJ. Um estudo sobre as condições de acessibilidade em pré-escolas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 2012; 18(2): 213-230.
10. DE CARVALHO EM. Acessibilidade e inclusão de alunos com deficiência física e/ou mobilidade reduzida: perspectiva de atuação da biblioteca escolar do colégio militar de Juiz de Fora. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017; 71 p.
11. DIAS SS, OLIVEIRA MC SL. Deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural: contribuições ao estudo do desenvolvimento adulto. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 2013; 19(2): 169-182.
12. EVANGELO LS. Avaliação de acessibilidade e mobilidade arquitetônica em escolas de ensino fundamental de Viçosa-MG. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014; 174 p.
13. FARIA MD, CASOTTI LM. Representações e estereótipos das pessoas com deficiência como consumidoras: o drama dos personagens com deficiência em telenovelas brasileiras. *Organizações & Sociedade*, 2014; 21(70): 387-404.
14. IBGE. 2000. In: INSTITUTO brasileiro de Geografia e Estatística, *População com Deficiência: Os Censos e seus Critérios no Brasil*. Brasília: bengala legal. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/censos>. Acesso em: 04 de jul. 2020.
15. KRAEMER GM, THOMA AS. Acessibilidade como Condição de Acesso, Participação, Desenvolvimento e Aprendizagem de Alunos com Deficiência. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2018; 38(3): 554-563.
16. MUSIS CR, CARVALHO SP. Representações sociais de professores acerca do aluno com deficiência: a prática educacional e o ideal do ajuste à normalidade. *Educação & Sociedade*, 2010; 31(110): 201-217.
17. NOGUEIRA A, et al. Acessibilidade no ambiente escolar como forma de inclusão social. *Revista Expressão Católica*, 2015; 4(2): 1-21.
18. QUINDERÉ PHD, et al. Acessibilidade e resolubilidade da assistência em saúde mental: a experiência do apoio matricial. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2013; 18(7): 2157-2166.
19. SANCHES ACG. Educação inclusiva e alunos com transtorno mental: um desafio interdisciplinar. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 2011; 27(4): 411-418.
20. SANTOS W. Deficiência como restrição de participação social: desafios para avaliação a partir da Lei Brasileira de Inclusão. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2016; 21(10): 3007-3015.
21. SURJUS LTL S, CAMPOS RTO. Interface entre Deficiência Intelectual e Saúde Mental: revisão hermenêutica. *Rev Saúde Pública*, 2014; 48(3): 532-540.
22. TANAKA EDO. Acessibilidade: um dos caminhos para auxiliar na inclusão. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 2006; 12(1): 139-142.
23. VIEIRA AB, et al. Inclusão de alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento: atravessamentos nos currículos escolares. *Educação e Pesquisa*, 2018; 44(1): 1-13.